

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
GCA/DIUC Nº 031/2020

1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor / Empreendimento	Agropecuária YKK Ltda./ Fazenda YKK
CNPJ	20.782.215/0001-19
Município	Bonfinópolis de Minas/MG
Endereço	Bonfinópolis/Unaí via chapada das emas por 35 Km a esquerda Fazenda YKK – Bonfinópolis de Minas-MG
Nº PA COPAM	08141/2004/001/2014
Atividade - Código	G-01-03-1 Culturas anuais, excluindo a olericultura;
	G-02-04-6 Suinocultura (ciclo completo);
	G-02-07-0 Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite encaprinocultura de leite;
	G-02-10-0 Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo);
	G-01-06-6 Cafeicultura e citricultura;
	G-03-02-6 Silvicultura;
	G-01-08-2 Viveiro de produção de mudas de espécies agrícolas, florestais e ornamentais;
	G-04-03-0 Armazenagem de grãos ou sementes não associada a outras atividades listadas;
	G-06-01-8 Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins;
	G-04-01-4 Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação;
	F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação;
	G-05-02-9 Barragem de irrigação ou de perenização para a agricultura sem deslocamento de população atingida;
	G-02-08-9 Criação de equinos, muare, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados).
Classe	3
Nº da Licença Ambiental	LOC – Nº 046/2019 – SUPRAM Noroeste de Minas Data da decisão: 10/05/2019 Validade: 10/05/2029
Condicionante de Compensação Ambiental	05- Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias contados da publicação da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.
Estudo Ambiental	EIA/RIMA/PCA/PTRF

Valor Contábil Líquido do empreendimento (outubro/2019)	R\$ 42.861.197,90
Valor Contábil Líquido do empreendimento atualizado (Abril/2020) ¹	R\$ 43.770.978,26
Valor do GI apurado:	0,3700%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Abril/2020) ¹	R\$ 161.952,62

¹ Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de outubro/2019 à maio /2020. Taxa: 1,0212262 – Fonte: TJ/MG.

2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p>Conforme estudos apresentados, das espécies de avifauna registradas no empreendimento Fazenda YKK, apenas a <i>Ara ararauna</i> (arara Canindé) encontra-se na lista vermelha da fauna ameaçada de extinção em Minas Gerais, segundo a Fundação Biodiversitas (2007), se apresentando na categoria vulnerável.(EIA p.142).</p> <p>(EIA p. 146) alguns exemplos de mamíferos de médio porte registrados na área de estudo. Espécies ameaçadas de extinção <i>Priodontes maximus</i> (tatu canastra), <i>Tapirus terrestres</i> (Anta), <i>Leopardus pardalis</i> (Jaguaritica) e <i>Tayassu pecari</i> (Queixada).</p> <p>Assim, este parecer considera que este item deve ser considerado para efeito de gradação do GI.</p>	0,0750	0,0750	X
Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).			

¹ Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de outubro/2019 à abril /2020. Taxa: 1,0235804 – Fonte: TJ/MG.

<p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Segundo estudos apresentados, o manejo das áreas de pastoreio é feito por rotação dos animais nos piquetes. Em todos os piquetes a espécie de pastagem é o braquiário (<i>Brachiaria brizantha</i>).</p> <p>Considerando os riscos envolvidos com a introdução de uma espécie exótica, considerando a escassez de políticas públicas referentes ao controle de espécies invasoras no âmbito do Estado de Minas Gerais, considerando a fragilidade do licenciamento em detectar esse tipo de impacto, considerando as informações supracitadas, esse parecer opina pela marcação do item “<i>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras)</i>”.</p> <p>Assim, este parecer considera que este item deve ser considerado para efeito de gradação do GI.</p>		0,0100	0,0100	X
<p>Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação.</p> <p><u>Razões para não marcação do item:</u></p> <p>Conforme o mapa “Limite dos Biomas – Lei Federal Nº 11.428/2006”, o empreendimento está locado no Bioma Cerrado.</p> <p>Segundo Parecer Único nº 0214978/2019, o empreendimento fez no passado intervenções/supressão em áreas onde hoje se encontra as pastagens, áreas de culturas anuais (Milho, soja).</p> <p>Nesse sentido, para contextualizar a situação vegetal das áreas de influência do empreendimento, foi elaborado o (Mapa 01), no qual é possível verificar a presença das seguintes formações: Campo, Cerrado, Campo cerrado, Floresta estacional semidecidual Montana e Veredas.</p> <p>Em análise ao EIA, verificamos que os impactos relativos a este item, incluindo fragmentação florestal e aumento no efeito de borda, ocorreram há décadas, aproximadamente na década de 1970, portanto antes do advento da Lei do</p>	<p>Ecossistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)</p>	0,0500		
	<p>Outros biomas</p>	0,0450		

<p>SNUC.</p> <p>Portanto, não temos subsídios para a marcação do presente item.</p>				
<p>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Conforme Mapa 03 as Áreas de Influência do empreendimento localizam-se em locais de “Médio” probabilidade de cavernas segundo a classificação e dados disponíveis no CECAV/ICMBio.</p> <p>Ainda, segundo a análise da GCA, constatou-se a inexistência de cavernas na área de estudo. Desta forma, infere-se que não há restrições do ponto de vista espeleológico para operação do empreendimento.</p> <p>Dessa forma, conclui-se que não há elementos concretos que subsidiem a marcação do item <i>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos</i>, portanto o mesmo não será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p>	0,0250			
<p>Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Não existem UCs de proteção integral num raio de 3 km do empreendimento.</p> <p>Conforme pode ser observado no mapa 04, não existem unidades de conservação (UCs) de proteção integral em um raio de 3Km do empreendimento.</p> <p>Assim, este parecer considera que este item não deve ser considerado para efeito de gradação do GI.</p>	0,1000			
<p>Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Conforme o mapa 05, o empreendimento está localizado fora das áreas de conservação de importância biológica.</p>	<p>Importância Biológica Especial</p>	0,0500		
	<p>Importância Biológica Extrema</p>	0,0450		
	<p>Importância Biológica Muito Alta</p>	0,0400		
	<p>Importância</p>			

Assim, este parecer considera que este item não deve ser considerado para efeito de gradação do GI.	Biológica Alta	0,0350		
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar. <u>Razões para a marcação do item</u> Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM Noroeste de Minas apresentam impactos relativos a este item.		0,0250	0,0250	X
Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais. <u>Razões para a não marcação do item</u> No estudos ambientais e pareceres SUPRAM NOR não foram identificados impactos relacionados a este item. Assim, este parecer considera que este item não deve ser considerado para efeito de gradação do GI.		0,0250		
Transformação de ambiente lótico em lêntico. <u>Razões para a marcação do item</u> Em consulta aos estudos apresentados da Fazenda YKK, constatamos a presença de barragens de irrigação no Córrego Riacho da Porteira (3,6270 ha), no Córrego Soares (2,5465 ha) e no Córrego dos Corcovados, totalizando uma área inundada de 7,80 hectares. Nesse sentido, conclui-se que o empreendimento implica na transformação de ambiente lótico em lêntico, tendo em vista que a implantação do empreendimento em questão.		0,0450	0,0450	X
Interferência em paisagens notáveis. <u>Razões para a não marcação do item</u> Entende-se por paisagem notável – região, área ou porção natural da superfície terrestre provida de limite, cujo conjunto forma um ambiente de elevada beleza cênica, de valor científico, histórico, cultural e de turismo e lazer. Na presente análise, embora o empreendimento faça intervenção na paisagem à mesma não é considerada		0,0300		

<p>uma paisagem de exceção. Assim para aferição do grau de impacto este item não será considerado.</p> <p>Portanto, o item Interferência em paisagens notáveis não será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p>			
<p>Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Segundo estudos, alguns impactos decorrentes da bovinocultura leiteira como a emissão de gases efeito estufa: CH₄ ruminal, além de N₂O (nitrato) em áreas de acúmulo de fezes e urina, em áreas de produção de volumosos e grãos; e CO₂ (carbono) gerado por queimadas. (EIA p. 77)</p> <p>Assim sendo, este parecer considera que o empreendimento em questão favorece a emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.</p>	0,0250	0,0250	X
<p>Aumento da erodibilidade do solo.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Segundo LAL (1988)², erodibilidade é o efeito integrado de processos que regulam a recepção da chuva e a resistência do solo para desagregação de partículas e o transporte subsequente. Ainda segundo o autor, esses processos são influenciados pelas pela constituição, estrutura, hidratação do solo, bem como pelas características da circulação da água no mesmo.</p> <p>Assim, tendo em vista as atividades inerentes à implantação do empreendimento, considerando os impactos citados nos estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM, com destaque para a limpeza do terreno e/ou movimentação do solo, para o plantio e considerando que as mesmas implicam no revolvimento do solo, degradação de sua estrutura e alteração de sua porosidade, entende-se que o empreendimento contribui para o aumento da erodibilidade do solo.</p> <p>Portanto, considerando que a adoção de medidas mitigadoras não impede a ocorrência de efeitos residuais, ainda que temporários, o item aumento da erodibilidade do solo será considerado na aferição do Grau de Impacto.</p> <p>Assim, entende-se que o empreendimento contribui para</p>	0,0300	0,0300	X

² LAL, R. Erodibility and erosivity. In: LAL, R. et al. Soil erosion research methods. Washington: Soil and Water Conservation Society, 1988. p. 141-160.

o aumento da erodibilidade do solo.			
Emissão de sons e ruídos residuais. <u>Razões para a marcação do item</u> Segundo os estudos ambientais haverá emissão de sons e ruídos na fase de preparação do solo para o plantio de milho e soja, devido ao uso de máquinas e veículos inerentes ao funcionamento da Fazenda YKK. Destaca-se a importância da geração de tais ruídos como fator gerador de estresse da fauna, podendo causar o seu afugentamento e até mesmo interferência em processos ecológicos. Sendo assim, considera-se o impacto “Emissão de sons e ruídos residuais”, para fins de aferição do GI.	0,0100	0,0100	X
Somatório Relevância	0,6650		0,2200
Indicadores Ambientais			
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)			
<u>Razões para a marcação do item</u> Considerando a vida útil do empreendimento é longa, considerando que os impactos ambientais ocorrerão ao longo de toda sua operação, o índice de temporalidade a ser marcado é o “Duração Longa”.			
Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
Total Índice de Temporalidade	0,3000		0,1000
Índice de Abrangência			
<u>Razões para a marcação do item</u> A All do empreendimento corresponde ao município de Bonfinópolis de Minas, que terá terras afetadas pelo empreendimento. A Fazenda YKK está inserida na sub-bacia do rio Urucuia e verifica-se que a mesma é banhada pelos córregos dos Soares e Covoados, pelos ribeirões Santa Cruz, Porteirias e Riacho Fundo.			
Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
Total Índice de Abrangência	0,0800		0,0500
Somatório FR+(FT+FA)			0,3700
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação		0,3700%	

3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI, nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor Contábil Líquido do empreendimento (Out/2019)	R\$ 42.861.197,90
Valor Contábil Líquido do empreendimento atualizado (Abril/2020)	R\$ 43.770.978,26
Taxa TJMG ³	1,0212262
Valor do GI apurado:	0,3700%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Mar/2020)	R\$ 161.952,62

Ressaltamos que a planilha de Valor Contábil Líquido (VCL) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sr. Rubens Moraes Leite (Contador), CPF nº 796.005.228-04 mediante Registro nº 156672/O-4 T-MG. Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos do VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na declaração do VCL, sendo que uma justificativa deveria ser apresentada no último caso. O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da declaração VCL, bem como a checagem do teor das justificativas. O VCL referente a 31/10/2019 foi extraído da declaração, atualizado e, posteriormente foi utilizado para a obtenção da compensação ambiental.

3.2 Unidades de Conservação Afetadas

A partir dos critérios presentes no POA/2020 para definição de Unidades de Conservação Afetadas pelo empreendimento, como a sua localização em um raio de 03 Km da ADA do empreendimento, não foi possível encontrar Unidades de Conservação afetadas.

Conforme consta no Mapa 04, o referido empreendimento não afeta nenhuma Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo assim, o referido item não **será considerado** na aferição do grau de impacto (GI).

3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição dos recursos

³ Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de Outubro/2019 à Abril/2020. Taxa: 1,0235804 – Fonte: TJ/MG.

Regularização Fundiária da UCs (60%)	R\$ 97.171,57
Plano de Manejo Bens e Serviços (30%)	R\$ 48.585,79
Estudos para criação de Unidades de Conservação (5%)	R\$ 8.097,63
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento (5%)	R\$ 8.097,63
Valor total da compensação: (100%)	R\$ 161.952,62

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 1450, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 08141/2004/001/2014 (LOC), que visa o cumprimento da condicionante nº 05 definida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0214978/2019 (fls. 47/verso), devidamente aprovada pelo COPAM, nos termos do artº 3º, do Decreto Estadual nº 45.175/2009, para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com análise técnica, o empreendimento não afeta Unidades de Conservação de Proteção Integral.

O empreendimento foi implantado antes de 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 51. Dessa forma, conforme inciso I, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento; e

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor Contábil Líquido (VCL), devidamente calculado, preenchido, datado e assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhada da certidão de regularidade profissional em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº 45.629/2011. (fls. 54 a 57).

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2020.

Elenice Azevedo de Andrade

Analista Ambiental

MASP: 1.250.805-7

Elaine Cristina Amaral Bessa

Analista Jurídica /GCA

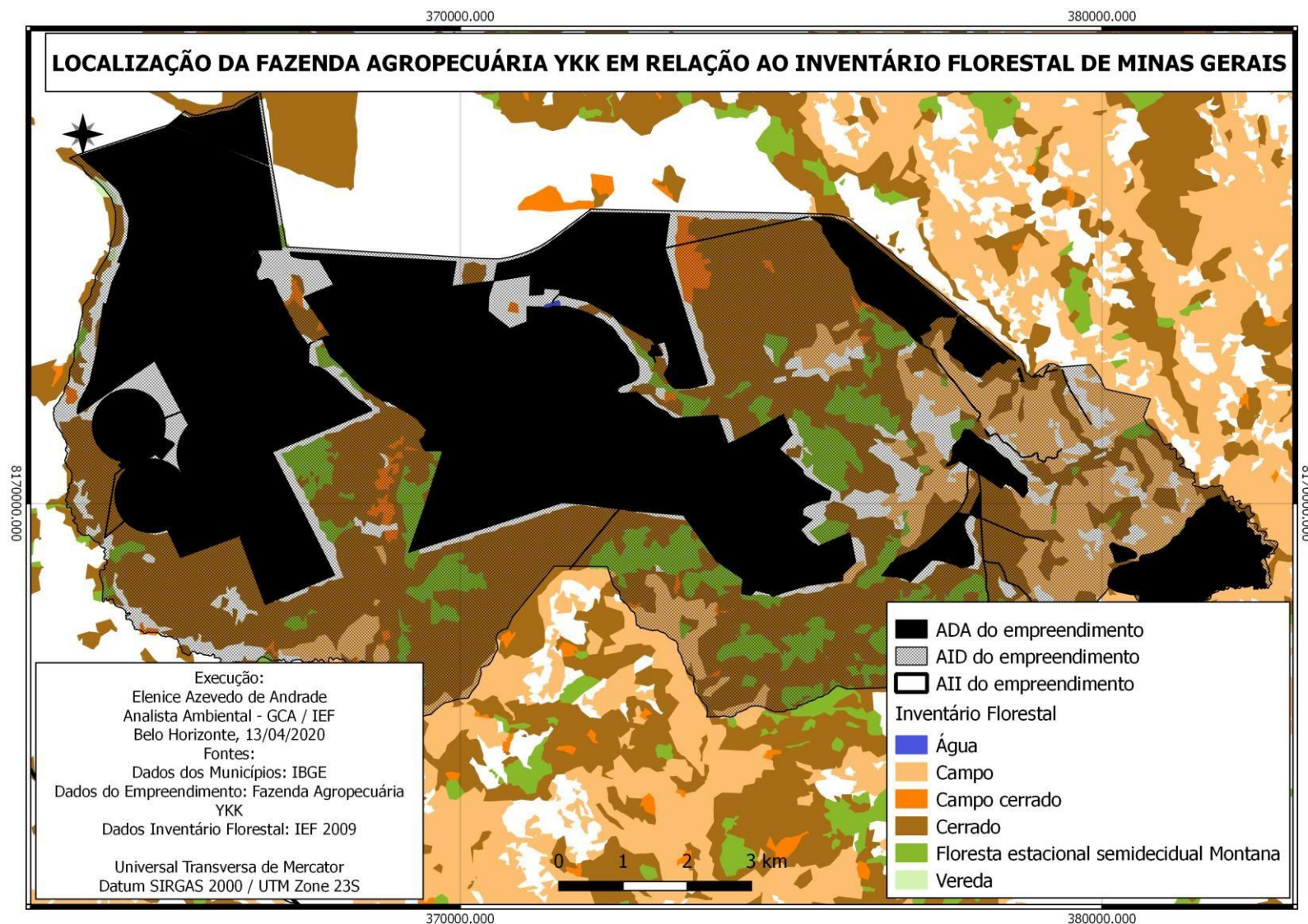
MASP 1.170.271-9

De acordo:

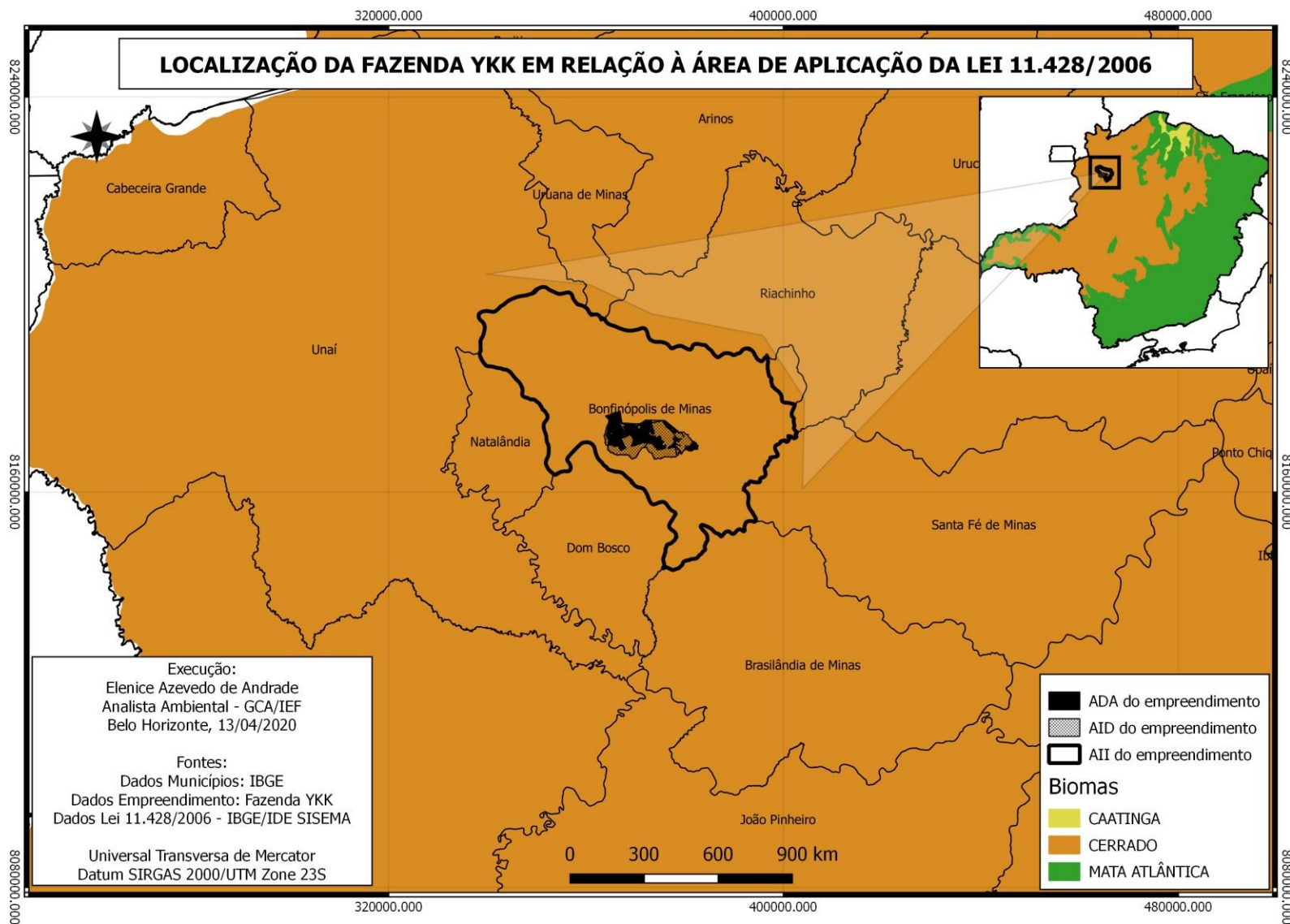
Renata Lacerda Denucci

Gerente da Compensação
Ambiental MASP: 1.182.748- 2

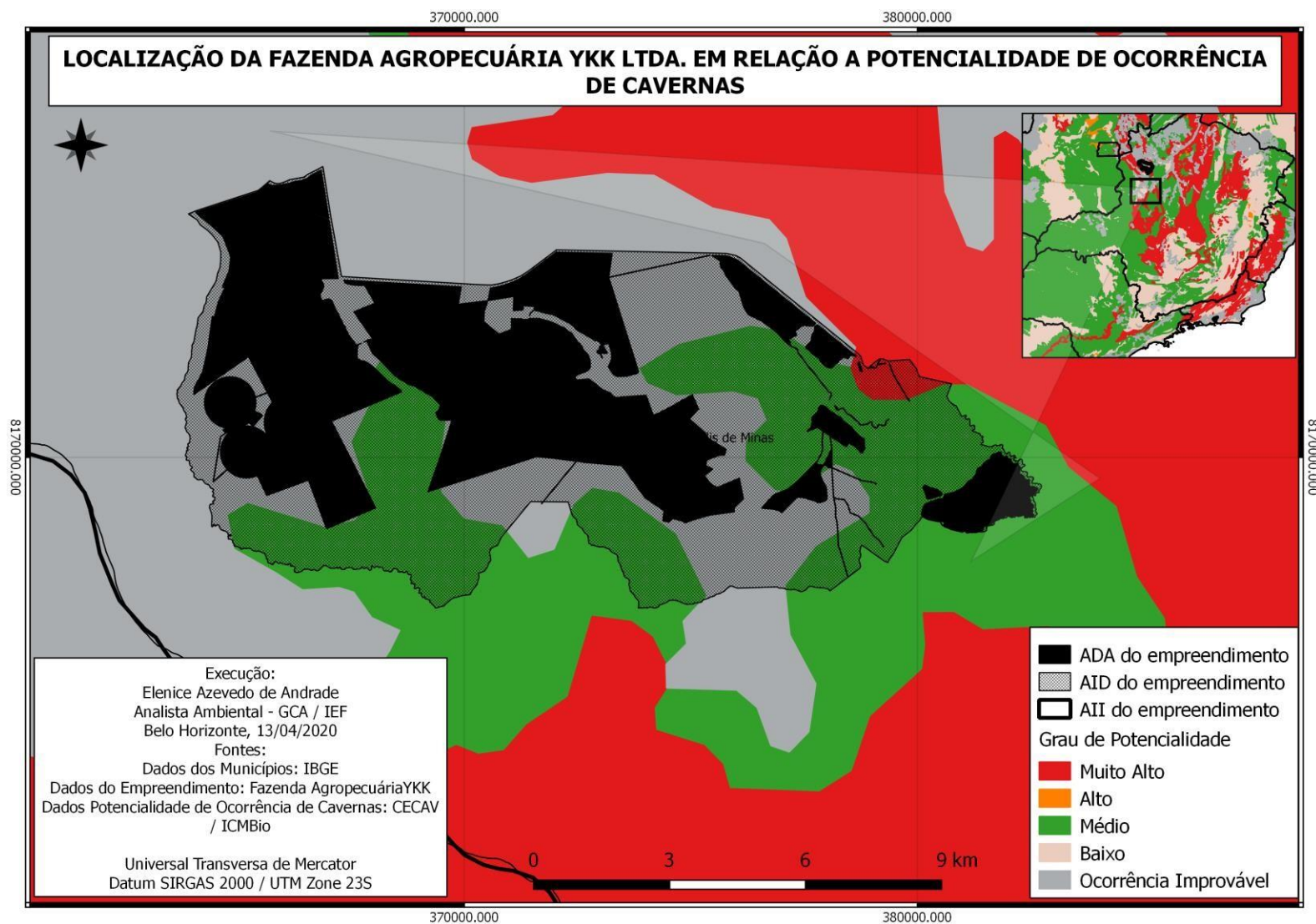
MAPA 01



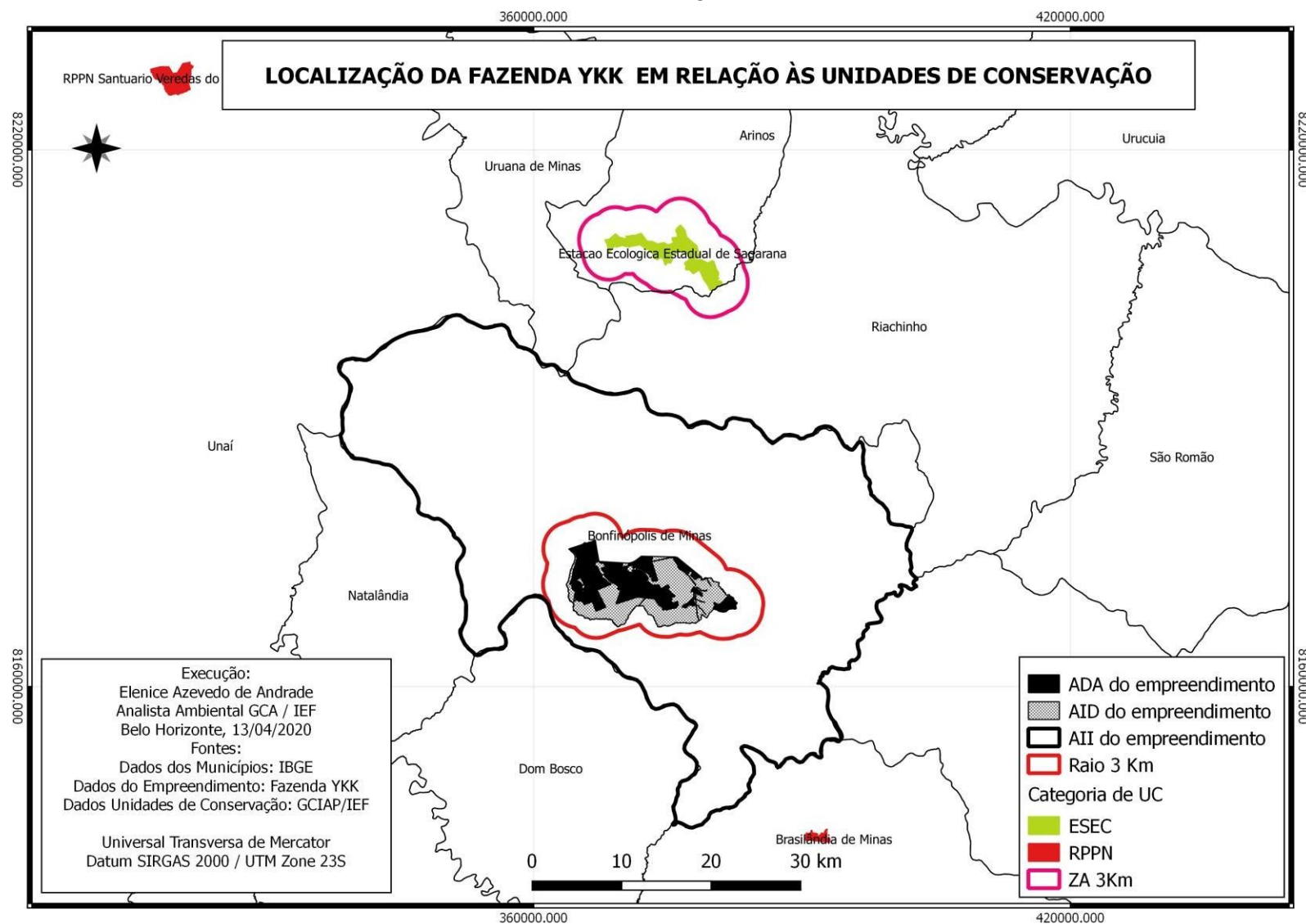
MAPA 02



MAPA 03



MAPA 04



MAPA 05

